

O MT Ilegal

Categories : [Caixa Postal](#)

A questão da regularização fundiária em Mato Grosso é grave, o que agrava também a questão da regularização ambiental das propriedades rurais no estado que, em sua grande maioria, foram regularizadas em processos fraudulentos em que colonizadoras e grandes produtores agropecuaristas obtiveram os seus títulos no estado de Mato Grosso, através de projetos de colonização, formados contando com listas de nomes de famílias aliciadas, contratadas e recrutadas como laranjas, no centro sul e sudeste do país (principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo) e em seguida, com procurações de plenos poderes desses laranjas, o "colonizador" transfere as porções todas, ficando como único proprietário de toda a colônia (milhares de hectares), devolvendo em seguida, todos esses colonos laranjas, para os estados de origem, pois a vinda deles era apenas para possibilitar a assinatura dos documentos em cartório.

Além desse mecanismo, ainda existem as invasões em terras de especial preservação como as unidades de conservação, terras indígenas e outras. Algumas vezes apenas para o furto de produtos florestais, principalmente a madeira, e outras vezes para grilagem mesmo, aproveitando o produto florestal obtido para capitalização e formação das fazendas que após, terão sua situação fundiária regularizada.

São muitas as fraudes na questão fundiária no estado de Mato Grosso e os criminosos ganham muitas vezes, pois iniciam ganhando com a venda do produto florestal, depois ganham com a exploração da terra desmatada, mais tarde ganham com a regularização fundiária que as valoriza e, mais tarde ainda, ganham com valorização da propriedade em função de toda infra-estrutura que o estado leva com dinheiro do contribuinte.

E agora passa a ganhar também com o perdão governamental ilegal que tentam emplacar através da lei estadual n. 8.961/2008 de 18/08/28 e da Lei Complementar N° 327, de 22/08/08 - Programa MT LEGAL que criam o Programa Mato-grossense de Legalização Ambiental Rural - MT LEGAL.

Aspectos desses esquemas fraudulentos têm sido continuamente desvendados e implicam em uma extensa rede de relações com alto grau de complexidade, sempre contando com o apoio governamental, da classe política capitaneada pelos grandes proprietários rurais, que acabam se traduzindo em consequências desastrosas para a manutenção da Floresta Amazônica em nosso estado.

E ainda o que deve ser motivo de grande preocupação é o que temos observado, ao longo desses mais de 30 anos de implementação de Planos de Manejo Sustentável na Amazônia, que, esse Planos, têm servido apenas para dar início ao desmatamento à corte raso, pois, se fizermos um inventário de todos os planos de manejo aprovados até aqui, nesses 30 anos, veremos que a

imensa maioria, hoje, são áreas totalmente desflorestadas. E se continuarmos essa política de aprovações sem critérios, a prática só tende a aumentar.

E os números do desmatamento não refletem bem o que ocorre em Mato Grosso, pois os criminosos já aprenderam que para não serem detectados pelos sistemas de monitoramento e sensoriamento têm feito apenas a exploração seletiva, destruindo a floresta, por baixo, sem deixar vestígios detectáveis pelos sistemas.

Atualmente no estado de Mato Grosso, licenças são concedidas para exploração dos mais diversos recursos naturais do meio ambiente mato-grossense ao total arrepio dos princípios da precaução e da prevenção, quando não da Lei, principalmente, na construção de usinas hidrelétricas e na significativa expansão da extração de madeira, por meio de autorizações de exploração florestal de dubitável sustentabilidade, conforme demonstra o quadro abaixo: